Falsa negociação

Apenas para não perder a onda do recente slogan presidencial — "soft, ma non tropo" —, diríamos a representantes da classe empresarial e dirigente: liberais, mas nem tanto! O mercado, e essa é a verdade que os nossos "liberais" dizem pela metade, regula, e bem, as atividades econômicas de forma quase absoluta em sociedades equilibradas, onde as desigualdades não agridem o senso comum e a pobreza e marginalização não são tão agudas como no Brasil.

Com o fim do recesso parlamentar e a retomada das atividades do Congresso, o assunto do momento nas rodas palacianas, dos políticos e dos setores sindicais é o estabelecimento ou não de uma política salarial para o país. Este, sem dúvida, é um tema de substancial relevância, que deve preponderar sobre os demais, pois, como parece indicar o andar tropego da nação, precisamos ordenar e harmonizar as duas políticas de base: a salarial e a econômica.

Aloísio Mercadante, ilustre economista no Congresso, observa, por exemplo, que "a política salarial não pode ser mais um subproduto da política econômica; ela precisa ser a referência fundamental do esforço de superação da crise econômica do país. A política salarial deve orientar a política econômica, para promover uma profunda mudança na estrutura produtiva do país que sustente a decisão de mudança no padrão de consumo da sociedade. O Estado precisa assumir a tarefa prioritária de trazer para o consumo milhões de brasileiros que estão à margem do desenvolvimento, e só pode se retirar da política salarial quando esta for assumida por um contrato coletivo nacional".

Por contrato coletivo nacional deve-se entender o estabelecimento de normas que contemplem os dois lados da moeda: a classe empresarial e a classe trabalhadora, parceiros, em tese, de um mesmo objetivo, ou seja, o desenvolvimento e a partilha justa dos seus frutos.

Mas aí vem uma indagação: como promover esse contrato coletivo quando defensores tupiniquins do "liberalismo", oficiais e subjugos, aferram-se ao império do mercado e da liberação completa dos preços do controle governamental, quando a realidade mostra que essa liberação não segue os ditames do bom senso, provocando, isso sim, alta inflacionária pela alavanca das remarcações alucinadas?

A classe empresarial, em sua maioria, vibra com a política da livre negociação salarial, que lhe permite utilizar o seu poder de pressão para reajustar salários bem abaixo dos índices de custo da produção; aplaude os descongelamentos de preços; mas, na hora em que precisa dar algum exemplo de cooperação, remarcando no limite do necessário, troca os braços pelas pernas, e chuta os custos para altura inalcançável pela parcela majoritária da população.

O processo de empobrecimento, de miserabilidade, diante de armações econômicas desse tipo é simplesmente indescritível. Os pregadores do livre mercado só faltam pegar em armas quando se renega a política da total negociação aberta dos salários em países subdesenvolvidos, sob o argumento de que essa política atende exclusivamente os interesses dos poderosos. Ora, ora, senhores "liberais"! O que a realidade nos ensina? Exatamente que a inflação dos últimos 17 meses superou até mesmo o índice da poupança, pretensa guardiã do valor de compra da moeda. Somente os investimentos em bolsas de valores, um mercado de risco e especulativo, tiveram rendimentos acima da taxa inflacionária.

E os salários? Não há nem o que discutir: os salários, no confronto com o índice da inflação desse quase um ano e meio de Governo Collor, levaram de goleada. Com a chamada livre negociação, raríssimas categorias profissionais tiveram condições de conquistar reajustes salariais próximos dos indicadores de alta do custo de vida. E agora, quando o governo começa a afrouxar a corda do controle de preços, o que se vê? A perspectiva de retomada da escalada inflacionária. Se isso se confirmar, haverá completa quebra de confiança num governo que patrocinou arrocho e recessão sob a bandeira da esperança de retirada do país da crise.

A literatura econômica diz que a indexação de preços e salários não gera resultados positivos, apenas alimenta a cultura inflacionária, estimula as atividades especulativas, deprime as atividades produtivas e ilude os trabalhadores com aumentos nominais de salários, que vão comprando cada vez menos coisas. Temos tido exemplos de que tal ensinamento é verdadeiro.

Mas uma outra lição, que julgamos também verdadeira, precisa ser aplicada para que o Brasil deixe de trocar seis por meia dúzia no enfrentamento da crise econômica: a de que muito pior do que indexar é permitir uma falsa negociação e livre mercado, pelos quais tudo o que é produto sobe de preço, enquanto os salários ficam lá embaixo. Regra de proporção mais desnivelada do que essa só nos Estados Anísios de Chico City, onde Justo Veríssimo é presidente e o povo que se exploda.

(in) Dignidade

Não por acaso a opinião pública está estarrecida com o clima de violência, corrupção, sequestro, narcotráfico e demais sintomas de degenerescência do sistema político e da própria sociedade. Os casos são tantos e tão frequentes que se está criando um clima de susto, descrença e, o que é pior, quase conformismo.

As reações a tudo isso têm sido de crítica contínua pela imprensa, de diz-que-diz incessante sobre a corrupção e os escândalos na administração pública e, o que é pior, de uma certa descrença quanto a que alguém venha a pagar pelos crimes praticados.

Diante de tanto abuso e na falta da punição legal, a sociedade apela para o irracional. No plano do crime comum e odiento, juntam-se "justiceiros" e se pratica a matança. Noutro patamar, há vozes clamando por maior rigor, pedindo desde o agravamento das penas e a não prescrição de certo tipo de crime até a introdução da pena de morte.

Mas quanto aos crimes ditos de "colarinho branco", não há "justiceiros" nem se está pedindo o enforcamento de seus autores. Sobra apenas um sentimento de impotência, a sensação de que o "crime compensa" e o "bom cidadão" defende-se encerrando-se em seu mundinho familiar e privado.

É de estarrecer. Existe uma enxurrada de denúncias de corrupção. O narcotráfico agora sediado no próprio Congresso, as "investigações rigorosas" e a pronta ação da polícia que dão em nada, a vinculação entre pequenos funcionários do INSS com advogados, com funcionários de bancos privados e até com os próprios contribuintes para fraudarem juntos a Previdência, tudo isso contrastando com o arrocho salarial, com o assalto fiscal e com o desemprego desenha um país de futuro pouco promissor.

Diante dessa conjuntura é preciso reagir. Sem justiça rápida e punição — dentro da lei — não haverá recuperação da crença no país, ou pelo menos, nos que dirigem o país. Chegou a hora da Câmara cassar mandato de quem estiver envolvido com o tráfico de drogas e de dar licença para que os tribunais processem os acusados. Passou já da hora para que os corruptos evidentes estejam na cadeia.

Só assim, no dia em que o povo puder ver que prisão não é só para pobre e que os poderosos estão entregando os anéis de seus dedos podres, a sociedade voltará a ter confiança na moral dos homens públicos.

Para chegar lá é preciso que haja "comportamentos exemplares". Se alguém é acusado de corrupção ou de praticar negócios escusos, os governos envolvidos, as Casas do Congresso ou, eventualmente, os tribunais, ao invés de se defender corporativamente encobrindo os fatos, devem, sem prejulgar, abrir as portas à investigação. A Justiça, e especialmente a eleitoral, não deve dar paz aos que ostensivamente enriquecem sem poder comprovar como, e utilizam o dinheiro para comprar votos e consciências.

Não se trata mais de "mero" moralismo. Trata-se de precondição para que possa haver legitimidade na vida pública, para que se possa pedir, amanhã, trégua salarial ou compreensão diante das dificuldades econômicas e, eventualmente, mais impostos.

Sem uma atitude firme de recuperação das virtudes republicanas e com tanto crime sem castigo, nem os "Gersons" sobreviverão. Os espertos serão tantos e a aceitação pacífica da transgressão tamanha que não sobrará mais espaço para dignidade na política.

Fernando Henrique Cardoso, senador pelo PSDB/SP

Alça de Mira

Espaço cultural

Alguns jovens empresários campo-larguenses estão inovando ao criar um ponto comercial aliado a espaço cultural, onde pretendem promover exposições de artes plásticas, eventos poéticos e teatrais, tudo com selecionado som ambiente. O local que está sendo resgatado é um dos pontos tradicionais do comércio da cidade: o antigo Moinho Vilseki, que funciona na RuaDom Pedro II desde 1958. Moinho da Pedra, este o nome que será usado para lembrar que naquele local funcionou, até pouco tempo, o moinho de fubá. Os fregueses levavam o milho produzido em suas terras, para moer e trocar pelo fubá usado no preparo da polenta.

Indexação

O empresariado, embora mantenha a idéia da livre negociação, começa a se curvar à dificuldade, na conjuntura atual, de vê-la adotada como política. Existe tendência de acolher, pelo menos como ponto a ser debatido, a indexação de salários até certo nível.

Impunidade

Confiante nos antecedentes da vida pública brasileira, que indicam quase total impunidade para políticos e gente da chamada "elite" em crimes de "colarinho branco", o deputado federal Jabes Rabelo (sem partido/Roraima), envolvido em escândalo do narcotráfico na Amazônia, comentou durante churrascada com familiares e amigos:

— Esse processo de cassação vai demorar pelo menos um ano. Até lá, as pessoas já esqueceram e tudo fica como está.

Tributação 2

A intenção dos empresários é que os produtos essenciais, como os alimentos, tenham tributação menor do que os produtos supérfluos. Na França, um país desenvolvido, a tributação dos produtos essenciais é de pouco mais de 5%, o mesmo ocorrendo na Itália e Espanha. Na Inglaterra, a tributação de produtos essenciais é zero.

Desvios

A experiência brasileira de organizar fundos nacionais é a pior possível. As verbas somem ou são desviadas nos meandros do poder. Veja-se o caso patético do FGTS, que é um fundo dos trabalhadores contribuintes e, como tal, não passível de ter seus recursos desviados para qualquer outra destinação. Pois o FGTS é hoje um fundo sem fundos, vivendo à base da rolagem da sua arrecadação corrente. Quem reclama é o economista Paulo Rabello de Castro.

Balela

Segundo o colunista político Jânio de Freitas, "desde 1º de abril (dia da mentira) de 1964, o combate à inflação e os tantos reordenamentos da economia adotaram todos, como carro-chefe das políticas salvadoras, o sacrifício dos salários, ora a título de evitar seu repasse aos preços, ora para a retenção do consumo. O resultado desses quase 30 anos resume-se em duas constantes: a do crescimento da pobreza e a do crescimento da inflação. Com o consequente e lógico enfraquecimento do país".

La vai ele!

O presidente Fernando Collor, desde que assumiu o mandato, já passou 67 dias fora do país. Em setembro, deverá ficar mais uma semana no exterior, desta vez visitando quatro países africanos. A marca do presidente Collor — 15 viagens ao exterior — há muito tempo superou a de seus antecessores. O general João Batista Figueiredo e José Sarney, no mesmo período de governo, fizeram, cada um, três viagens para fora do país.

Tributação

Empresários e políticos acabaram se unindo para tentar diminuir a carga tributária no Brasil e eliminar a injustiça que pune os mais pobres e abre espaço para a sonegação. Empresários do setor alimentício, por exemplo, contrataram os melhores especialistas do país para fazer uma radiografia da situação, as causas e os efeitos da excessiva tributação, com sugestões de mudanças. A proposta será levada ao Congresso e ao governo.

Pacotaço

De acordo com o diretor-presidente do Grupo Votorantin (o maior conglomerado industrial brasileiro), Antonio Ermírio de Moraes, "se os empresários não tiverem juízo, teremos um pacotaço antes do final do ano. O governo também tem de fazer alguma coisa agora, senão a inflação pode explodir".

Prosperidade

Na Suíça, onde o nível de prosperidade pode ser considerado excepcional, o patronato é menos remunerado que nos países vizinhos e a mão-de-obra tem salários bem superiores. Resumindo: melhor distribuição de renda. Outro instrumento de reforma é a formação geral e profissional adequada. Além da escolaridade básica e obrigatória, todos se formam em alguma coisa antes de entrar no mercado de trabalho. Com um detalhe: mais de 95% da população em idade escolar frequentam escolas públicas. Ensino, pesquisa e cultura ocupam o primeiro lugar nas despesas públicas (mais de 20% em 1988).

Equação criminal

Estamos vivendo tempos de crise conceitual. A ciência do Direito, diferentemente de outras, fica exposta a riscos. As ciências exatas, a cada nova descoberta, evoluem. Na Medicina encontra-se determinada cura e dita ciência avança. O maior risco da ciência do Direito é um recuo abrupto. Podemos, nesse campo, dormir em 1991 e acordar em 1910. Outro sério risco da ciência do Direito é encontrar-se a solução legislativa e sob o enfoque da prática as coisas se perpetuam como se a lei inexistisse. Política não é ramo do Direito...

Governo de leis e não de homens. Interpretemos ou reformulemos o princípio para governo de homens comprindo a lei. Grande erro se supor que constituições ou leis governam um povo. Elas estabelecem o modo e a forma apenas; os homens são a substância e devem levar a cabo a obra.

A imperfeição nos órgãos de percepção, o despotismo na esfera policial, não raro na judicial, o cumprimento da lei, que deveria ser regra absoluta, se transforma, na atualidade, em rara exceção... A imposição de vontades pessoais ao invés de julgamentos técnicos...

A desinformação generalizada da população a transforma em conivente, acomodada ou acovardada, omitindo-se na fiscalização e na denúncia, fazendo com que por este Brasil, no seio das instituições oficiais, atinjamos o requinte de permitir que se cometam mais crimes nas ruas... diligências policiais clandestinas... a tortura em desprezo a métodos científicos de investigação... a impunidade... o poder de barganha que se tem com a delinqüência... enfim, o culto do indevido processo ilegal.

Nossa missão é tornar efetiva a ampla defesa dos acusados. Com todos os recursos a ela inerentes, levar a efeito, sabemos, verdadeira "via crucis". O advogado em tal campo trabalha sempre em condições adversas. Não bastasse o pouco que nos resta, a inviolabilidade constitucional não está sendo respeitada e, não raro, advogados sofrem as mais variadas formas de violação. A inviolabilidade não é dada em caráter de regalia ao advogado, e sim como integrando um dos direitos fundamentais do cidadão brasileiro, em se fazer acompanhar e representar por advogado inviolável.

A atuação do advogado criminalista nem sempre é compreendida. Tem ele qualidades raras que são, muitas vezes, vistas como verdadeiros defeitos. Sim, o criminalista tem qualidades que são tidas por muitos como defeitos, incluam-se aí os próprios colegas de outras áreas e seu próprio órgão de classe. Oportuno refletir que nada causa maior revolta e ira santa que ser violado pelo próprio órgão de classe, e isto se verificava até pouco tempo. Neste particular, demos no Paraná grande e decisivo passo transmudando nossa OAB-PR de sudário para manto do advogado, ficando posta aqui nossa homenagem aos atuais regentes de seus destinos... A ética que se cultuava era multifacetária e dava lugar a várias interpretações, beneficiando alguns e servindo de pelourinho para outros. Para nós, a ética está onde está a verdade. Não se pode censurar ou punir alguém pelas suas virtudes ou qualidades. Que sejam punidos justamente os maus e os desonestos e que sejam preservados os bons. Por exemplo: o "excesso de linguagem" e a opinião sincera é uma qualidade, jamais um defeito; a omissão, sim, constitui verdadeiro delito.

Elias M. Assad, presidente da Associação Paranaense dos Advogados Criminalistas.

Ligue para Folha 392-1331

MEU CANTINHO
Brinquedos, presentes, armarinhos e bijouterias

E atenção, na compra de 10 novelos de qualquer Lã Santista você concorrerá a prêmios: espremedor de frutas, walkmans, novelos de lã, agulhas de tricô etc.

RUA XV DE NOVEMBRO, 2.797
FONE: 292-3696

Anuncie nos classificados da Folha.
Galeria Virgínia, sala 107.

EXPEDIENTE
FOLHA DE CAMPO LARGO

Diretor-presidente:
Germano de Oliveira

Editor:
Inacio Alfonsin Panzani

Diretora de Redação:
Luz Marina Leon Bordes

Comércio de Artes Gráficas
Idéias Novas Ltda
Rua Marechal Deodoro, 495
Galeria Virgínia, loja 107
Telefax: (041) 392-1331
Campo Largo - Paraná

Composição, past-up e fotolito
Comércio de Artes Gráficas
Idéias Novas Ltda

Impressão
Jornal Indústria e Comércio
Rua Comendador Araújo, 26
Telefone (041) 224-7011

Frases

"Acho maravilhoso os namorados, amantes, amigos, casos. Tenho medo é dos maridos". **(Zorávia Betiol, gravadora, artista têxtil e designer de jóias).**

***

"Se há narcotraficantes na Câmara, já o eram antes de serem deputados. Talvez até se elegeram por isso. Além do mais, o narcotráfico não é problema exclusivamente do Congresso, mas de toda a sociedade". **(Ibsen Pinheiro, deputado federal pelo PMDB/RS, presidente da Câmara dos Deputados).**

***

"Aqui só tem cadeia para pobres. Rico pode mexer com pó que vai escapar sempre numa boa". **(Daniel Santos Romão, pistoleiro, condenado por tráfico de cocaína e preso na cadeia de Cacoal, em Rondônia).**

Prevenção da cólera: os cuidados com alimentação

A fonte primária de infecção da cólera é o homem. O "Vibrião Colérico" mantém-se na natureza pelo ciclo homem — meio ambiente — homem. São fontes de infecção os doentes na fase de incubação, de manifestação clínica e convalescença.

Após sua eliminação, pelas fezes ou vômitos, o agente permanece viável de um a três dias em solos úmidos, pois tem pouca tolerância ao solo seco.

O tempo de sobrevida no meio aquático é melhor à temperatura de 18 a 23º C e pH alcalino. Outros fatores, como a presença de nutrientes e o número de microrganismos depositados, podem favorecer a sobrevivência. Em contrapartida, microrganismos competidores, luz solar, evaporação e substâncias químicas como iodo e cloro diminuem a sobrevivência.

O agente pode manter-se vivo na superfície de frutas, vegetais e carnes, desde que em condições favoráveis. Além disso, em peixes, mariscos e ostras podem sobreviver por três semanas. Devido a este fato, alguns cuidados devem ser tomados quando da preparação dos alimentos:

- Peixes, mariscos, carnes e legumes devem ser bem cozidos.
- Quando não for possível cozinhar as verduras, estas devem ser lavadas em água corrente e depois desinfetadas. As folhas devem ser colocadas numa vasilha com um litro de água e meio copo de vinagre ou uma colher de sopa de água sanitária. Deixam-se as folhas de molho por 20 a 30 minutos e lava-se novamente com água tratada.
- Comer frutas descascadas.
- O leite, quando não for pasteurizado, só pode ser consumido se fervido.

Resultados no velocross

Domingo (4) de festa em Campo Largo com a realização da 3ª etapa do Campeonato Paranaense de Velocross. Centenas de pessoas compareceram ao Parque Ecológico Cambuí (Granja), onde se localiza a pista de velocross inaugurada domingo, para prestigiar os melhores pilotos do Paraná nesta modalidade de esporte.

Seis baterias foram disputadas e os vencedores foram:

Minimotos — 1º lugar, Alex Sandro da Veiga; 2º, Augusto Santos; 3º, Sydney R. Veiga; 4º, Guilherme Lindner. **Minimotos Especial** — 1º, Augusto Santos: 2º Alan Meyenberg; 3º, Alex da Veiga; 4º, Marcelo Gonçalves. **Categoria 135** — 1º Alexander da Silva; 2º, Elcio Bento Munhoz; 3º, Elcio Eliel da Silva; 4º, Aristides Andrade. **Categoria 350** — 1º, José Bonifácio da Silva; 2º, Neri da Veiga Neto; 3º, Milton Medeiros; 4º Jurandir Mazza (Tuco). **Categoria 180** — 1º, Jurandir Mazza (Tuco); 2º, Celmo Dzichanski; 3º, Amauri de Lovack; 4º, Adilson Tanner. **Categoria Força Livre Especial**, reunindo motos de todos os tamanhos — 1º, Jânio Correia; 2º, Davis Guimarães; 3º, Nivanor Bernardi; 4º, Neri da Veiga Neto.

Mais uma etapa do Campeonato Paranaense de Velocross será realizada ainda este ano no circuito do Parque Ecológico Cambuí, faltando confirmar a data. Pelas opiniões manifestadas por competidores e organizadores das provas de domingo passado, o circuito campo-larguense de velocross já está plenamente aprovado.

Cruzados de volta; o que fazer...

No próximo dia 15, o governo inicia a devolução dos cruzados novos que ficaram retidos desde o lançamento do Plano Collor 1, deixando disponíveis integralmente os totais de até NCr$ 200 mil. Quem tiver valores acima deste teto somente poderá dispor de 1/13 avos do total de cruzados que possui.

Com a perspectiva de aumento do consumo, o comércio se preparou para atrair os cruzados que vão começar a ser liberados. Uma série de lojas reviu seus planos de pagamento e promoções de acordo com os novos prazos anunciados pelo governo. Redes de lojas passaram a aceitar cheques pré-datados para o próximo dia 15 sem nenhum acréscimo sobre o preço à vista. Na área de vestuário, acreditam os lojistas, certamente acontecerá aumento de vendas, pois a antecipação da liberação dos cruzados vai coincidir com o Dia dos Pais.

O governo, entretanto, não vê com bons olhos a possibilidade de um excessivo aumento do consumo por conta da liberação dos cruzados. Isso, na linguagem dos economistas oficiais, significaria estímulo à inflação. Em vista disso, o governo procura oferecer atrativos aos poupadores, para que depositem o saldo em cruzeiros dos cruzados novos em caderneta especial, que renderá 2% a mais do que a caderneta convencional.

Em Campo Largo, como em quase todo o Brasil, muita gente teve cruzados retidos por ocasião do Plano Collor 1 e, agora, com a devolução, possui planos de aplicação desse dinheiro. Vamos saber os projetos de alguns desses campo-larguenses e o que pensam dessa devolução planejada pelo governo.

"De todo o dinheiro que eu tinha, restaram apenas alguns poucos cruzados. Agora, tanto faz que o governo devolva ou não. A raiva que tive na época já passou. Tudo que eu pretendia fazer com aquele dinheiro não foi nem será mais possível. A única salvação é que, um pouco antes dos cruzados serem retidos, comprei um carro. O que sobrou para mim foi a profissão e este carro". **(Natálio Angelo Zanlorenzi, taxista).**

"O momento não é propício para gastar, a não ser em prioridades. Mas acredito que a maioria da população não vai guardar o dinheiro que receber. E quanto à forma de liberação desses cruzados pelo governo, há uma incoerência muito grande. Quem tem NCr$ 200 mil recebe tudo, já que tem NCr$ 201 mil vai receber parcelado. Acho que deveria ser feita uma outra proposta para a liberação". **(Dimas Roberto Sávio, comerciante).**

"Com os cruzados que vou receber, aproveitarei as vantagens oferecidas pela caderneta de poupança e vou continuar guardando o dinheiro. Com relação à maneira como os cruzados vão ser liberados pelo governo, sou favorável, porque se devolvesse tudo o dinheiro de uma vez não haveria meio de se controlar a inflação". **(José Jionk, lavrador).**

"Ainda não sei ao certo o que vou fazer com o dinheiro. Mas tenho quase certeza de que continuarei poupando. Apesar do medo que passamos, não dá para pensar em gastar tudo. Temos que poupar". **(Antonio Bizetto, aposentado).**

"Tão logo receba os cruzados, vou colocá-los na poupança, porque agora não é hora de gastar. Sobre a maneira como esses cruzados vão ser liberados, acho que quem tinha pouco dinheiro levou vantagem. Já quem tinha bastante, não valeu a pena". **(Olívia Pissolato, dona-de-casa).**

"Já que o governo reteve todos os cruzados de uma só vez, deveria liberá-los da mesma maneira. Hoje, os projetos que eu tinha para aqueles cruzados já não são mais possíveis. Com o pouco que vou receber, comprarei um televisor e, mais tarde, um terreno na praia. Poupança não me pega mais". **(Vitor Lapienis, aposentado).**

INAUGURAÇÃO
NOVAS INSTALAÇÕES
O BELEÉU

Um brinde a você cliente amigo:
De 01 a 17 de agosto

* Preço à vista ou promocional em 1 + 1 vez.
* Preço da etiqueta em 1 + 2 vezes com 10% de desconto, a entrada na liberação dos cruzados.
* Preço da etiqueta em 30 e 60 dias s/entrada.

Calça Jeans Feminina	Camisa Feminina	Camisa Masculina	Jaquetas em Lã
Cr$ 7.900,00	Cr$ 5.900,00	Cr$ 7.900,00	Cr$ 9.900,00

* Para pagamento em cheques.

RUA XV, 2281 — FONE: 292-3940

ACERVO HISTÓRICO
MUNICIPAL DE CAMPO LARGO - PR